

Reflexões sobre o Processo de Implementação de Conjuntos Habitacionais na Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná


Reflections on the Implementation Process of Housing Sets in the Norte Pioneiro Mesoregion of Paraná

Reflexiones sobre el Proceso de Implementación de los Proyectos Habitacionales en la Mesorregión Pionera del Norte de Paraná


Léia Aparecida Veiga¹

 <https://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

Osmar Fabiano de Souza Filho²

 <https://orcid.org/0000-0002-1579-841X>

Ideni Terezinha Antonello³

 <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>

RESUMO: No Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) visava a produção habitacional preferencialmente nas Regiões Metropolitanas e vigorou de 2009 até 2020. Assim, o presente trabalho objetiva discutir questões relacionadas à moradia e à oferta de conjuntos habitacionais pelo PMCMV da faixa 1, via financiamento do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), na Mesorregião Norte Pioneiro/ Paraná, no período de 2009 a 2020, com vigência do PMCMV. Em se tratando das questões operacionais, além do levantamento bibliográfico, realizou-se a coleta de dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e a espacialização destes dados em mapas temáticos, utilizando-se, para tanto, o software QCGIS. Verificou-se que a Mesorregião Norte Pioneiro recebeu menor quantidade de conjuntos habitacionais do PMCMV nos últimos 10 anos, logo não supriu a demanda por habitação existente em médias e pequenas cidades. Conclui-se que embora o PMCMV tenha avançado no sentido de contemplar famílias de baixo poder aquisitivo inclusas na faixa 1 do programa, mais uma vez foi reforçada a ideia de que os programas de habitação no Brasil, desenvolvidos no século XX pelo Governo Federal, têm a habitação de interesse social enquanto produto pautado na lógica de mercado e não com o escopo da produção de cidades inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Produção da cidade. Habitação social. Políticas habitacionais. Agentes produtores.

ABSTRACT: *In Brazil, the My House, my life Program (MHMLP), aimed the housing production preferably in the Metropolitan Regions, and prevailed from 2009 to 2020. In these terms, the following study aimed to discuss about the by the range 1 MHMLP housing complexes offering, by the Social Development Fund Leasing (LSDF) in the mesoregion of North Parana, during the program duration.*

¹ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: lveiga.geo@gmail.com.

² Mestrando em Geografia pelo PPGEU/UEL e professor substituto no IFPR Campus Avançado Astorga. E-mail: osmarfabiano980@gmail.com.

³ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: antonello.uel@gmail.com.

Considering the operational questions related to the issues, besides the theoretical research, data collection was performed along the Regional Development Ministry (MRD), and the thematic maps spatial data was accomplished, using the QCGIS software. It was verified that the mesoregion of North Parana received a smaller quantity of housing complexes of the MHMLP program in the last 10 years and did not supply the for housing demand that exists in medium size and small cities. It was concluded that, although the MHMLP has advanced in the sense of contemplating families whose purchasing power was included in range 1 of the program, once more it was highlighted the idea that housing programs idea in Brazil, developed in the XX century by the federal government, had housing as a social interest whilst a product ruled in the market logic, and not as an aim of inclusive cities production.

KEYWORDS: *Production of the city. Social housing. Housing policies. Productive agents.*

RESUMEN: *En Brasil, el Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tenía como objetivo la producción de viviendas preferentemente en las Regiones Metropolitanas y estuvo en vigor de 2009 a 2020. El objetivo de este estudio es discutir sobre la vivienda y la oferta de desarrollos habitacionales por parte del PMCMV del grupo 1, a través de la financiación del Fondo de Desarrollo Social (FDS) y del Fondo de Arrendamiento Residencial (FAR) en la Mesorregión del Norte Pioneiro/Paraná, en el período de 2009 a 2020, período de vigencia del PMCMV. En cuanto a las cuestiones operativas, además del estudio bibliográfico, se llevó a cabo la recopilación de datos del Ministerio de Desarrollo Regional (MDR) y la espacialización de estos datos en mapas temáticos utilizando el software QCGIS. Se verificó que la Mesorregión Norte Pioneiro recibió una menor cantidad de conjuntos habitacionales de la PMCMV en los últimos 10 años y no atendió la demanda de viviendas existente en las medianas y pequeñas ciudades. Se puede concluir que, aunque el PMCMV haya avanzado en el sentido de contemplar a las familias de baja renta incluidas en el grupo 1 del programa, una vez más se ha reforzado la idea de que los programas de vivienda en Brasil, desarrollados en el siglo XX por el gobierno federal, tenían la vivienda de interés social como un producto basado en la lógica del mercado y no con el propósito de producir ciudades inclusivas.*

PALABRAS-CLAVE: *Producción de la ciudad. Vivienda social. Políticas habitacionales. Agentes productores.*

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização na cidade de Londrina/PR/Brasil tem como matriz um ordenamento territorial assentado na lógica capitalista que traz no seu cerne a desigualdade, o que gera um padrão segregacionista no espaço urbano. Esse padrão atinge diretamente a população que fica subjugada ao poder que emana da estrutura fundiária urbana concentrada, que se sedimenta com a força exercida pelo interesse do capital imobiliário, o qual interfere na política pública habitacional brasileira, seguindo a linha de uma “urbanização segregacionista” (ROLNIK, 2014), que por sua vez produz grande demanda por moradias, principalmente entre as famílias de menor poder aquisitivo.

No estado do Paraná, recorte temático dessa pesquisa, o déficit habitacional segundo a faixa de renda das famílias, em 2010, atingiu percentuais diferenciados em todo o estado do Paraná, sendo: 64,70% na faixa de renda de 0 a 3 salários-mínimos, 14,90% na faixa de renda de 3 a 5 salários-mínimos, de 14,30% na faixa de 5 a 10 salários-mínimos e, por fim,

de 6,10% entre famílias que recebiam renda igual ou superior a 10 salários-mínimos (IBGE, 2016).

Entretanto, verificou-se que no decorrer dos anos seguintes, mesmo com o Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV (instituído pela Medida Provisória nº. 459 de 25 de março de 2009, e na Lei nº. 11.977 de 7 de julho de 2009), o déficit habitacional aumentou no conjunto das famílias de menor poder aquisitivo e diminuiu entre aquelas de maior poder aquisitivo (GANDIN, 2016).

Desta forma, considera-se que esse fato se vincula à lógica de mercado que assumiu esse programa (PMCMV), sendo a expressão do “complexo imobiliário - financeiro” (SHIMBO, 2016).

Assim, a política pública habitacional de interesse social não está atendendo seu principal objetivo, que seria garantir a qualidade de vida para a população que necessita de uma moradia digna. Destaca-se que PMCMV foi elaborado dentro de um projeto federal amplo, para atacar a crise financeira internacional - 2008, portanto a política habitacional a nível federal se desvinculou da real necessidade da população e acabou por privilegiar o grande setor que envolve os capitais de incorporadores e da construção civil.

O resultado deste direcionamento da política pública habitacional é que, no ano de 2014, o déficit habitacional no Brasil, entre as famílias com renda de até 3 salários-mínimos, atingiu 78,70% e nas demais faixas, de 3 a 5, de 5 a 10 e acima de 10 salários-mínimos, o percentual foi respectivamente de 12,40%, 7,90% e 0,90% (IBGE, 2016).

Em relação ao conjunto populacional, em 2017, tinha-se um déficit estimado em 7,77 milhões de unidades, o maior patamar em 10 anos, o que retrata que o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009) não atingiu as metas propostas, já que o déficit cresceu continuamente desde 2013, atingindo 967.270 unidades habitacionais em condições precárias de habitabilidade e abrangendo 3.289.948 unidades (famílias) que sofrem com o ônus de pagar um aluguel para poder viver, sendo este o maior percentual dentre o déficit habitacional, além da coabitação involuntária, a qual corresponde a 3.209.299 unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

É nesse ponto que reside o questionamento norteador dessa pesquisa: levando-se em consideração o déficit habitacional no Paraná, a política habitacional atendeu a qual faixa de renda, voltada para qual classe de famílias? E quais as mesorregiões que receberam os empreendimentos do PMCMV até 2020?

Objetiva-se assim, a partir do recorte geográfico da Mesorregião Norte Pioneiro/Paraná, discutir sobre a moradia e a oferta de conjuntos habitacionais pelo PMCMV da faixa 1, via financiamento do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no período de 2009 a 2020, vigência do PMCMV.

Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa foram compostos pela leitura bibliográfica acerca da temática delimitada e pela coleta de dados referentes aos empreendimentos imobiliários desenvolvidos dentro do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1 financiados pelo FDS e FAR (Fundo de Desenvolvimento Social e Fundo de Arrendamento Residencial respectivamente) nos municípios paranaenses, com destaque para aqueles localizados na Mesorregião Norte Pioneiro, junto à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa dos impactos socioespaciais promovidos pela implantação de conjuntos habitacionais pelo PMCMV nas cidades da Mesorregião Norte Pioneiro, no Paraná. O recorte temporal da pesquisa foi o intervalo de 2009 a 2020, vigência do PMCMV.

Considera-se que as realidades municipais podem ser estudadas em diferentes escalas de análise geográfica, sendo a regional amplamente utilizada nas pesquisas geográficas. Dentre os recortes regionais, até 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizava a regionalização, que agrupava os municípios em mesorregião e microrregião geográficas propostas em 1989. E essa regionalização do estado do Paraná englobava 10 mesorregiões geográficas, com realidades socioeconômicas e sociais distintas.

A metodologia de interpretação, ou seja, os fundamentos teóricos que oferecem a sustentação para realização da análise são baseados no materialismo histórico-dialético, como um percurso metodológico para se compreender o espaço e a sociedade, enquanto fruto direto das relações sociais de poder travadas entre as diferentes classes e grupos sociais, na qual a estrutura social moderna dos detentores do capital se faz dominante.

Para tal propósito, as discussões teóricas versam sobre o conceito de Habitação de Interesse Social, bem como das políticas públicas desenvolvidas e dos conceitos de espaço, alienação e as relações sociais de poder.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A QUESTÃO DA MORADIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Considera-se que o pensamento de Lefebvre (1991) se torna uma base importante para entender a produção social do espaço, uma vez que permite desenvolver uma análise do espaço como dinâmico e social em toda sua complexidade, o que pode ser aprofundado mediante a teoria lefebvriana. Nas palavras de Lefebvre (1991, p. 196):

O conceito do espaço assim religado a uma prática social – ao mesmo tempo espacial e significante – toma todo o seu alcance. O espaço reúne a produção material: bens, coisas, objetos de troca, tais como vestimentas, móveis, casas (residências), produção ditada pela necessidade. Ele reúne também o processo produtivo considerado a um nível mais elevado, resultado de conhecimentos acumulados, o trabalho se penetrando de ciência experimental, materialmente criadora. Enfim, ele reúne o processo criador o mais livre – o processo significante – anunciando o “reino da liberdade” e destinado em princípio a se desenvolver nele, a partir do momento onde cessa o trabalho ditado pelas necessidades cegas e imediatas, dito de outro modo, o momento onde começa o processo criador de obras, de sentido e de gozo.

A compreensão da formação do fenômeno espacial, portanto, passa a ser mais ampla e mais complexa, pois, o entendimento deste deve ser realizado considerando-se sua totalidade, seu processo de construção, sua formação e das múltiplas relações que o formam e lhe auferem significados.

Dessa forma, segundo Lefebvre (1991), o espaço deve ser entendido enquanto resultado concreto das relações sociais desenvolvidas pela sociedade em sua vida cotidiana. Assim, o espaço passa a ser compreendido como resultado do trabalho social, do trabalho humano, que é o que em conjunto lhe cria, lhe forma e lhe atribui funções, logo, significados. Todavia, deve ser considerado que todo esse cenário está envolto de relações de poder travada entre as classes sociais e suas intencionalidades (HARVEY, 1992; CARLOS, 2019).

As disputas entre as classes carregam um importante papel na constituição e modelação deste espaço, pois as classes dominantes nestas relações de poder conseguem orientar a constituição do espaço, visando os seus interesses. Cria-se uma estrutura social, na qual a ordem e a racionalização da organização do espaço, das instituições e institucionalidades, que o constituem e que visam organizá-las, são feitas visando legitimar o *status quo* vigente (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 1991; CARLOS, 2019).

Na sociedade moderna, na qual o capital e seus detentores são a classe dominante, suas intencionalidades e a busca de se manter no poder trazem sérios impactos na produção e no uso deste espaço pela sociedade. Essa produção do espaço é fruto do trabalho social desenvolvido no coletivo por diferentes classes, no entanto, o espaço é alienado pela lógica capitalista (HARVEY, 1992; HARVEY, 2005; CARLOS, 2019).

Na lógica capitalista, o espaço abstrato (valor de troca) se sobressai, o que faz parte da tríade composta pelo espaço absoluto, abstrato e diferencial defendida por Lefebvre (1991), já que na sociedade moderna capitalista a atividade produtiva desenvolvida pelas pessoas passa a ser orientada pela busca do lucro, pelo dinheiro, pela espoliação e pela exploração da sociedade, fazendo com que o trabalho perca a formação humanizadora que detinha desde o início da humanidade.

Assim, existe uma conexão entre espaço abstrato e espaço transformado e dominado pelo capital mediante a apropriação da mais valia do trabalho, fomentando a alienação do trabalho humano.

Cabe salientar que a alienação do trabalho humano faz com que as pessoas não se reconheçam mais no fruto de seu trabalho, rompendo o importante processo de humanização, porém ocasiona também a perda da consciência da humanidade do outro enquanto ser humanizado. Constitui-se no “parcelamento do homem” ou, como afirmou Marx (1975, p. 162), “O trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si”.

Esse processo encontra-se conectado diretamente com a subjugação do espaço absoluto pelo abstrato, sendo que o primeiro engendrado por forças políticas e os seus inevitáveis usos, dessa forma, o espaço absoluto se conecta profundamente com o valor de uso (FAJARDO, 2015).

A produção social do espaço no capitalismo marcado pelo valor de troca e com a mercadoria atrelada a alienação capitalista do trabalho (CARLOS, 2019; HARVEY, 2020; MÉSZÁROS, 2017), remete à perda do sentido de humanidade, de si e de outro, ocasionando o colapso social do sentido da vida, de forma que valores como o bem-estar e o bem comum são esquecidos (HARVEY, 2020). Essa perda de noção de humanidade auxilia o capital em seu processo de acumulação, já que ele se dá pela espoliação e exploração do ser humano.

Tal processo tem uma ligação intrínseca com a ascensão do espaço abstrato sobre o espaço absoluto, ao transformar o espaço em uma mercadoria. O espaço como mercadoria passou a ser tratado a partir do seu inerente valor de troca. É nessa tensão entre valor de uso e valor de troca que o espaço absoluto e o espaço abstrato encontrarão suas contradições (LAHORGUE, 2002), principalmente, em relação à questão habitacional, uma vez que a moradia, direito fundamental para a uma vida digna, transformou - se em valor de troca – uma mercadoria.

Essa problemática se expressa na produção social do espaço urbano, enquanto alienação do espaço e, por sua vez, da cidade. Esse fato pode ser visto pelo poder que concentra o capital na constituição/organização das cidades, atuando em seu planejamento e gestão, os quais são utilizados para atender os seus interesses e não do conjunto da sociedade, visando a realização do lucro e da acumulação por meio do espaço (CARLOS, 2019). Harvey (2005) discute o papel que assume o espaço, seja na superação de crises cíclicas inerentes do capital, seja para evitá-las.

Conforme as análises de Harvey (2005), as crises capitalistas acontecem, também, em decorrência destas acumulações que não conseguem ser (re)aplicadas no processo

produtivo. Assim, é possível definir que as crises capitalistas acontecem graças à existência de excedentes de capital e de trabalho, que ao não serem aplicados novamente no processo produtivo, fomentam o “capital improdutivo”, que se desvaloriza, causando ao capitalismo suas crises.

Nesse sentido, visando romper com esse ciclo de desvalorizações, o espaço se torna importante ao capital, uma vez que este oferece possibilidades de aplicação dos excedentes desvalorizados. A primeira possibilidade acontece com a expansão das fronteiras espaciais da atuação do capital, para que assim, alcançando maiores mercados consumidores em diferentes espaços, o capital consiga ter maiores possibilidades de ser realizado.

O outro processo acontece com pesado desenvolvimento de infraestrutura e formas que carregam consigo funções de acelerar a realização do capital e gerar maiores excedentes, fazendo um ajuste espacial pelo capital (HARVEY, 2005).

A aplicação prática destes excedentes, ao construírem espaços com infraestruturas físicas, auxilia o capital a absorver os excedentes desvalorizados e dar continuidade ao processo de acumulação. Programas de investimento em rodovias, ferrovias, estruturas como portos, aeroportos, grandes arranha-céus e habitações sociais são exemplos dos meios utilizados por países para a saída de crises ou mesmo para evitar que houvesse a concentração de capitais excedentes.

Torna-se evidente que, dadas as relações de poder no capitalismo, o capital coopta o espaço – mesmo ele sendo fruto do trabalho coletivo – para cumprir e realizar os seus interesses, refletindo, assim, no espaço, a alienação humana. Conforme Antonello (2013, p. 109),

[...] a conquista do espaço e do tempo faz parte da lógica reprodutiva do capital que neste processo cria e recria formas organizativas de trabalho em prol da acumulação do capital, a qual não se mantém externa aos contextos geográficos diferenciados. Essas diferenças geográficas são utilizadas e apropriadas nesta lógica, que por sua vez fomenta e aprofunda o desenvolvimento geográfico desigual.

Observa-se que o espaço apropriado pela lógica do capital leva à destruição do sentido de habitar da sociedade no espaço que ela cria e desenvolve significados e valores, além de outras relações, de forma que estes espaços se tornam estranhos a seus interesses e seu reconhecimento, uma vez que impera a lógica da propriedade privada, ou seja, do espaço abstrato.

Torna-se evidente que o direito à cidade, ou mesmo o direito ao espaço ou ao fruto do trabalho humano, é alienado do conjunto coletivo pela lógica da propriedade privada. E como este fator se manifesta na produção de habitação? Com isso em vista, no próximo tópico serão debatidas as políticas públicas habitacionais brasileiras, desenvolvidas pela

União Federal, problematizando como estas serviram para promover a organização do espaço urbano.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS: A MORADIA COMO LÓGICA DO CAPITAL E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

A questão da moradia no Brasil sofreu intervenção governamental, pela esfera federal, com diferentes ações ao longo do tempo. Cumpre destacar, porém, que essas ações, programas e medidas foram desenvolvidas após 1930, uma vez que o liberalismo econômico, o qual embora pouco lembrado, funda a República Brasileira, e promoveu certa inação da União frente a essa problemática gestada ao longo da história nacional até então (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019).

Essas ações foram realizadas pela União, com o estabelecimento de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas habitacionais, bem como com a criação de fundos de investimento visando captar recursos necessários à tais medidas.

Este tópico do artigo se debruça na análise qualitativa acerca de quatro políticas desenvolvidas no setor habitacional da moradia, promovidas pelo Governo Federal, no Brasil, a saber: Instituto de Aposentadoria e Previdência – IAP; Fundação Casa Popular – FCP; Banco Nacional de Habitação – BNH; e Programa Minha Casa Minha vida. Em escala, o volume de investimento e relevância como fato político e econômico destes programas são historicamente os mais relevantes (BONDUKI, 2017).

Porém, antes, é necessário compreender em qual cenário político e social se coloca a questão da moradia no Brasil. O desenvolvimento urbano brasileiro se deu, por regra, de maneira desigual, portanto, reproduzindo a lógica da desigualdade. Vários fatores podem ser apresentados para a justificativa desse processo, contudo, na lógica capitalista, o fenômeno de urbanização é um fenômeno de classe. Isso se dá porque a urbanização ocorre mediante a concentração de capitais em classes e frações de classe, que empregam esse capital visando reproduzi-lo.

Outra questão importante de ser salientada é que o contingente populacional tende a caminhar em direção à localização dessa concentração de capital (ENGELS, 2015; MARICATO, 2013; 2019).

No Brasil esse processo de organização do espaço citadino, por regra, deu-se valorizando o capital privado e a valorização da terra urbana pela especulação, ou seja, o trabalho urbano era mais bem remunerado que o trabalho rural devido ao alto índice de concentração fundiária da terra rural no país, o que fomentou, em 50 anos, um enorme inchaço da sua estrutura urbana.

Logo, foi possível notar uma base desigual e concentradora da terra urbana, algo que levou a um ordenamento socioespacial fragmentado e desigual, onde saneamento básico, transporte, acesso aos meios de consumo necessários à reprodução social e a habitação eram privilégios de poucas pessoas. Criaram-se estruturas urbanas, nas quais existem cidades formais e cidades informais (MARICATO, 2013; 2019; BONDUKI, 2017).

Nesse contexto, inicia-se a atuação do Estado via os recursos dos IAPs – que eram divididos por categorias de trabalho – sendo a primeira ação do governo central brasileiro para a produção habitacional em escala considerável. Na Primeira República do Brasil (1889-1930), nada foi feito pelo governo central em tal setor, graças à interdição ideológica de um liberalismo mal lido da República Velha, no qual não seria papel do Estado intervir na questão habitacional (BONDUKI, 2017).

Os IAP's são centralizados pelo governo Vargas, na década de 1930, e começam a agir no financiamento de habitação no decorrer da década. As ações dos IAP's eram, de início, corporativas, voltadas, sobretudo, ao financiamento habitacional para os titulares das carteiras. Mas, com a soma de capitais fictícios necessitando de aplicação, para não formarem excedentes improdutivos, adotou-se como medidas os planos de financiamento a diversos setores da sociedade, atuando-se assim na oferta e demanda por habitação. De 1930 a 1964, os IAP's, foram responsáveis por financiar mais de 120 mil habitações (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019).

O Programa Fundação da Casa Popular, criado em 1946, tinha o intuito de centralizar os fundos de financiamento, e ser um órgão de política habitacional de largo alcance, todavia, já antes de seu início sofreu um grande revés. Pela resistência do setor de mercado e dos trabalhadores donos dos IAP's, para com a centralização dos recursos, a FCP, que fora idealizada para centralizar até mesmo a política urbana, não conseguiu levantar recursos para o financiamento de suas ações. Com escassos recursos, dependendo apenas de disponibilidade orçamentária, o programa chegou ao fim, em 1964, entregando apenas 17 mil habitações, das quais quase 40% se localizavam em Brasília, pois o órgão foi muito importante para construção da capital (AZEVEDO; ANDRADE, 1982; MARICATO, 2019; 2013).

No caso do Banco Nacional da Habitação (BNH), este apresentava-se enquanto uma instituição que centralizou os fundos de recursos, e se financiava pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de captar o tributo de 1% que incidia sobre a folha de pagamento dos trabalhadores.

Com amplos poderes e recursos, o banco atuava tanto na oferta de recursos para o financiamento de empreendimentos, quanto na demanda, financiando moradia aos mutuários. Sua atuação resultou na maior produção de moradia já vista, até então, pela

esfera federal, mas o BNH tem seu fim em 1986, como um banco de segunda linha, com um alto déficit fiscal e com calote de boa parte dos mutuários (AZEVEDO; ANDRADE, 1982; MARICATO, 2019; 2013).

Cabe salientar que a problematização da questão habitacional não se coloca apenas na discussão dos programas e seus pormenores, mas sim, também, nas próprias intencionalidades dos agentes públicos em atuarem nos programa de habitação.

É fundamental ressaltar que, porque são extremamente importantes para manutenção de vida da sociedade, e até mesmo para a lógica do fetiche consumista do capital, as políticas de moradia desenvolvidas pelo governo central foram feitas não apenas para o combate do déficit habitacional e promoção de habitação social, mas, sim, para contornar/evitar problemas econômicos e políticos.

Do cunho político, tem-se que cada um destes programas foi realizado buscando-se legitimidade para o regime ou governante da época. Getúlio Vargas, com os IAP's, visava agradar àquele que seria o maior eleitorado getulista: o operário, branco, de carteira assinada e de renda média-baixa. Com a facilidade de acesso à moradia, Getúlio conseguia gratidão popular e, ao mesmo tempo, reforçar sua legitimidade como um presidente que ajudou a classe trabalhadora.

A FCP, criada por Dutra em 1946, depois da queda de Getúlio, tinha como escopo também legitimar o governo. Primeiro pela falta que Getúlio causava ao conjunto da classe trabalhadora, e segundo para espantar o “fantasma do comunismo” que Dutra tanto tinha “medo”. Vale lembrar que Dutra, o qual colocou o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, defendia que a produção de casas para o setor de renda baixa afastaria a classe trabalhadora das aspirações e ideais comunistas (AZEVEDO; ANDRADE, 1982; MARICATO, 2019).

O BNH, criado com a Ditadura Militar em 1964, tinha o mesmo ideário docilizador de Dutra, afastando as aspirações comunistas, mas acreditava que a habitação familiar pudesse evitar qualquer descontentamento do povo para com o regime. Nesse sentido, é visto que os programas de habitação não foram elaborados pensando-se especificamente para solucionar o déficit de habitação para aqueles que mais precisam, mas para a legitimação política.

Em se tratando do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tal programa é o mais recente dentre os outros, e surge depois da estagnação de políticas públicas habitacionais no Brasil, sobretudo, em decorrência do neoliberalismo que ganha força no país na década de 1990 e 2000 e exime o Estado de intervenção direta no contexto social.

O que pode ser considerado é que o PMCMV atuou fortemente na democratização de moradia, com mais de quatro milhões de habitações produzidas, com parte considerável

destinada ao segmento populacional não solvente no mercado imobiliário (MARICATO, 2013; 2017; 2019).

Famílias com rendas de até três salários-mínimos, assim, tiveram um acesso considerável à moradia, todavia algumas críticas pesam sobre o programa e se voltam ao fato do mesmo se apoiar na produção de novas habitações e não na reforma e reuso de edificações já existentes, uma vez que o PMCMV se atrelou à lógica do mercado, que pode ser compreendido mediante a articulação entre o Estado, o capital financeiro e a produção imobiliária que criou as bases para a formação de um “complexo imobiliário-financeiro” (SHIMBO, 2016).

Conforme a autora, essa articulação “[...] borrou as fronteiras de distinção entre produção da habitação de interesse social (promovida pelo Estado) e aquela voltada para a habitação de mercado, formando uma zona intermediária híbrida - a *habitação social de mercado*” (SHIMBO, 2016, p. 120).

Tal questão vincula o programa à lógica de mercado, tendo a habitação como mercadoria que remete ao inventivo do capital fundiário e imobiliário que se relaciona diretamente com a construção civil. Outra crítica encontra-se nas orientações deste programa para as áreas metropolitanas, desconsiderando-se assim parte de um Brasil que sofre de vulnerabilidade habitacional em cidades pequenas e médias (MARICATO, 2013; 2017; 2019).

O ponto crítico aqui a ser salientado é que o PMCMV realizou, em números consideráveis, grande parte dos seus empreendimentos nas partes periféricas das grandes cidades, contribuindo para o aumento das distâncias urbanas de moradia e trabalho e para a geração de vários urbanos nas áreas de entorno (MARICATO, 2013; 2017).

Cumprir destacar, todavia, que na escala em que foi feito e no volume de recursos, o PMCMV é um marco na política habitacional brasileira. Nesse sentido, ressalta-se o seu público-alvo, preferencialmente, mulheres chefes de família e a famílias que tinham pessoas com deficiências entre os seus membros. Esse fato chama a atenção, pois nas três políticas públicas analisadas anteriormente, todas focalizavam suas atuações em uma classe média específica.

Cabe salientar que o PMCMV atuava nesses segmentos da população com até 10 salários-mínimos, mas tinha políticas públicas voltadas a setores de rendas inferiores (MARICATO, 2013; 2017).

Outra questão a ser considerada no PMCMV é seu contexto econômico, político e social, pois, surgido em 2009, o programa atuou como uma verdadeira política anticíclica da economia brasileira perante a crise econômica global de 2008.

Iniciada nos Estados Unidos em 2008, a crise dos *subprimes* – sistema de hipotecas dos Estados Unidos – tinha o potencial de desencadear uma crise em nível global, tendo em vista a integração econômica dos países. Assim, países como China, Brasil e outros em desenvolvimento e desenvolvidos criaram grandes programas de investimento de financiamento a fundo de longo prazo, visando absorver esse capital excedente que se desvalorizava. Um desses programas criados no Brasil pelo governo Luiz Inácio da Silva foi o PMCMV (MARICATO, 2017).

Assim, do ponto de vista econômico, os quatro programas têm intencionalidades semelhantes. Harvey (2005) diz que as crises do capitalismo acontecem por um excedente de capital e de trabalho. Sempre que estas condições estão dadas, acontecem crises. Uma estratégia do capital, até para evitar crises, é o emprego na produção do espaço urbano mediante criação de infraestrutura para utilização destes excedentes de capital fictício e da classe trabalhadora sem emprego (HARVEY, 2020; MARICATO, 2017).

O que estes programas têm em comum é o papel de pôr em circulação, pela produção do espaço, via construção de habitação social, o excedente de capital e de trabalho que poderiam causar grandes crises e assim gerar problemas aos regimes políticos e econômicos da época. Nesse sentido, é reforçada a ideia de que os programas de habitação, desenvolvidos pelo governo federal, tiveram a habitação de interesse social enquanto um subproduto e não com o escopo de transformação socioespacial.

Do ponto de vista político, os programas trouxeram dividendos políticos para os governantes vinculados a eles. No caso de Getúlio Vargas, o seu governo ganhou apoio social mediante as ações dos IAP's, pois o público beneficiado era, em grande parte, aquele que compunha seu eleitorado. O governo Dutra agradou a classe média, visando legitimar seu fraco governo, que se iniciou em uma ruptura do então *status quo* popular de Vargas, assim teve no FCP um grande aliado para atender a uma parcela da população.

O período do governo ditatorial foi utilizado na construção de conjuntos habitacionais em sentido duplo, uma vez que ela se constituía em uma política contracíclica na concentração de excedentes de capitais, para aumentar o dinamismo econômico, bem como para legitimar o regime, via o discurso social de estar fomentando melhores condições de vida para população.

O governo do partido dos trabalhadores, com o PMCV, conseguiu retirar o Brasil da rota da crise de 2008, ao beneficiar grupos com menor poder aquisitivo e a classe média baixa e conseguiu angariar assim sustentação política e econômica para seus governos, atendendo a classe trabalhadora e as elites empresariais que tanto se beneficiaram em sua administração.

ATUAÇÃO DO PMCMV NA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO/PARANÁ: CONSIDERAÇÕES DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Instituído em 2009 e com financiamento em três faixas de renda, a saber: 1º R\$ 1.395,00; 2º R\$ 2.790,00; e 3º R\$ 4.650,00, com reajuste de valores a cargo do Poder Executivo Federal, o PMCMV atendeu diferentes faixas de renda no país, principalmente no intervalo de tempo compreendido entre 2009 e 2014. Contudo, ocorre nos anos seguintes uma redução na quantidade de empreendimentos, em particular para a faixa 1 (FERREIRA, 2012).

Essa diminuição ocorreu em virtude da recessão enfrentada pelo Brasil, no período de 2014 a 2017, e a intensificação de medidas políticas e econômicas de cunho neoliberais adotadas pelo Governo Federal após 2016.

Ao se tomar como base os anos compreendidos, entre 2010 e 2014, no Paraná, verifica-se que a produção de moradias no estado contribuiu para redução do déficit habitacional de forma distinta, quando observadas as faixas de renda (figura 1).

Para Nascimento Neto, Nichele e Janoski (2019) e Gandin (2016), as políticas habitacionais têm atendido a população com poder aquisitivo acima de três salários mínimos, em detrimento da faixa de zero a três salários mínimos. Conforme o estudo de Gandin (2016), pautado nos dados do IBGE (2016) para os anos de 2010 a 2104, verificou-se que o déficit habitacional para o grupo de renda de até três salários mínimos continuou crescente, mantendo-se em 80,4% nos anos de 2012 e 2013, com leve redução em 2014.

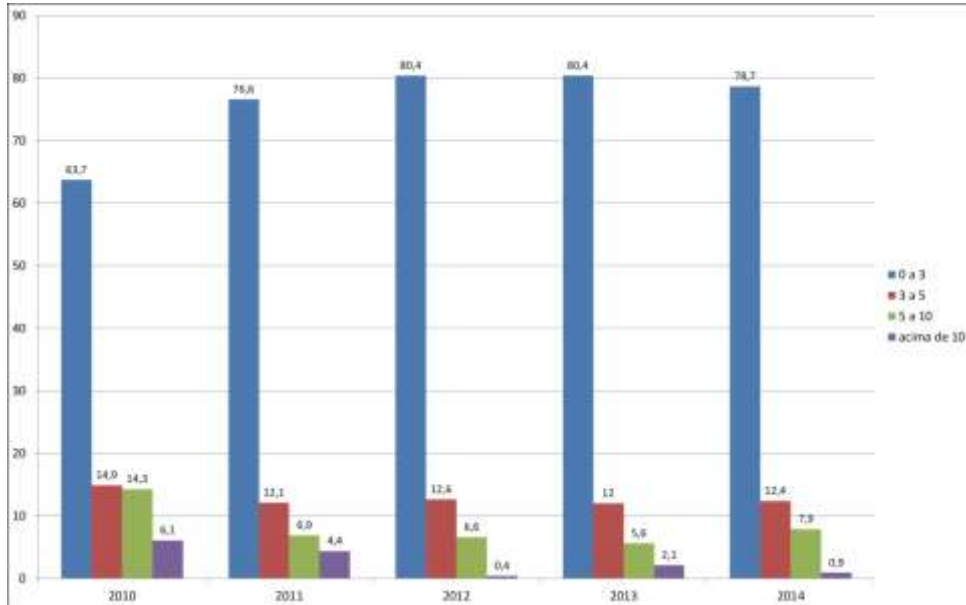
O que sobressai nos dados é que, em 2010, a demanda por moradia nesta faixa de renda era 64,7%, ou seja, ocorre um caminho contrário do que se esperava deste programa habitacional, no momento que não fomentou uma dinâmica pensando em cidades inclusivas, como salientam Antonello e Veiga (2021, p. 38) a “[...] negação ao direito de moradia se agrega a negação dos demais direitos [...]. O que demonstra a necessidade de atuação da sociedade organizada e das instituições para alterar essa situação de injustiça social que formata as cidades da exclusão”. E para os demais grupos de renda, o déficit apresentou redução, em particular entre os grupos de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos (figura 1).

Em 2019 (figura 2), verifica-se que o déficit habitacional para o grupo de renda de até três salários mínimos continuou crescente, atingindo o percentual de 91,32%, com maior concentração de demanda por casas entre as famílias que recebem até um salário mínimo (31,65%) e de um a dois salários mínimos (43,92%).

Essa concentração de investimentos do PMCMV em empreendimentos destinados aos grupos com poder aquisitivo maior que cinco salários mínimos e com condições de aderir a

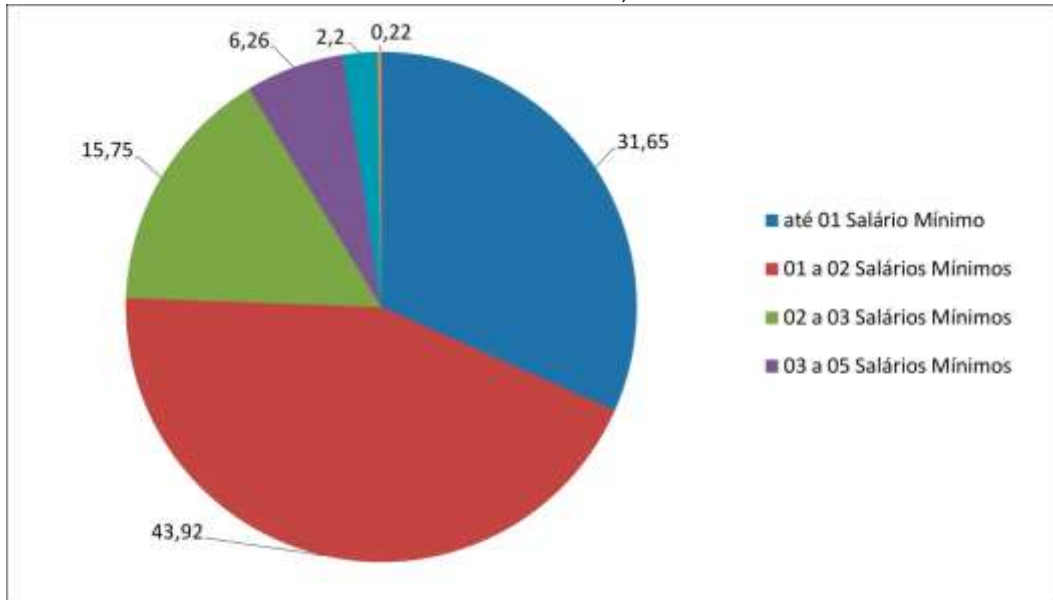
um financiamento (figuras 1 e 2), evidencia a continuidade da lógica mercantil de produção habitacional no país via políticas públicas de habitação, mantendo a exclusão de famílias com baixo poder aquisitivo.

Figura 1. A renda mensal em salários mínimos por grupos e o déficit habitacional no Paraná de 2010 a 2014



Fonte: Gandin (2016). Org.: autores, 2022.

Figura 2. A renda mensal em salários mínimos por grupos (em percentual) e o déficit habitacional no Paraná, em 2019



Fonte: Paraná, 2019. Org.: autores, 2022.

Nascimento Neto, Nichele e Janoski (2019) destacam que, entre 2009 e 2019, o PMCMV atendeu no Paraná 20,2% do grupo de zero a três salários mínimos, 70,0% de três

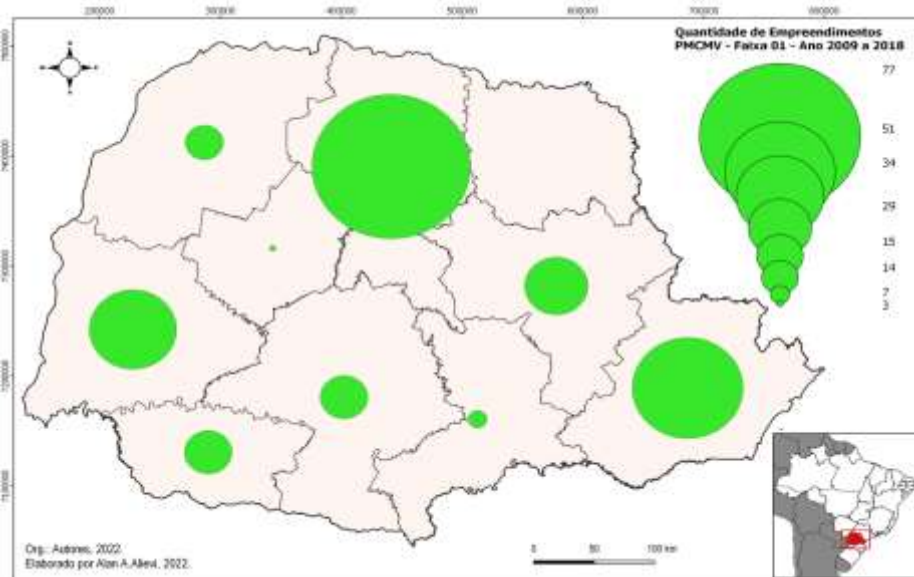
a seis salários mínimos e 9,8% do grupo que recebe renda mensal de seis a 10 salários mínimos.

Esse atendimento foi maior na demanda solvável, intensificada a partir de 2014, quando os recursos do PMCMV foram direcionados em grande parte à produção habitacional de mercado, consolidando-se assim a produção de habitação social de mercado, conforme é discutido por Shimbo (2012), em detrimento das habitações de interesse social.

Em se tratando das moradias de interesse social, aquelas contidas na faixa 1, entre os anos de 2009 e 2018, verifica-se que a área metropolitana de Curitiba e de polos econômicos no interior do Estado receberam maior número de empreendimentos (figura 3), acentuando as diferenças entre as mesorregiões no Estado.

A figura 3 evidencia que dentre as demais mesorregiões paranaenses, a Centro Oriental Paranaense, a Sudeste Paranaense e a Norte Pioneiro Paranaense foram as que receberam menor quantidade de empreendimentos faixa 1 do PMCMV.

Figura 3. Quantidade de empreendimentos realizados pelo PMCMV Faixa 1, via FDS e FAR, entre 2009 e 2018



Fonte. Brasil, 2021.

A Mesorregião Norte Pioneiro recebeu sete empreendimentos, ficando abaixo de outras cinco mesorregiões das 10 do Estado do Paraná. Destaca-se o grande volume de empreendimentos realizados na Mesorregião Norte Central do Paraná, que tem como grande polo urbano a cidade de Londrina e a Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, cuja principal cidade é a capital paranaense.

Na Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, a maior quantidade de empreendimentos até 2018 encontrava-se em Curitiba com 33 conjuntos MCMV faixa 1; seguida por Pinhais, com sete; Campos Magro, com três; e Lapa, com dois. As demais cidades, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Fazenda Rio Grande e Piraquara tiveram apenas um empreendimento. Ou seja, 64,8% dos empreendimentos estavam concentrados em Curitiba.

Já na Mesorregião Norte Central do Paraná, a distribuição dos empreendimentos até 2018 encontrava-se da seguinte forma: 23 empreendimentos em Londrina, oito em Rolândia, sete em Cambé, cinco em Araçongas, três em Ibiporã, dois em Lupionópolis e um em Prado Ferreira. Em Londrina estava concentrado 47% dos conjuntos MCMV construídos na referida mesorregião.

Importa destacar que essa quantidade de empreendimentos não supriu a demanda por moradias nessas duas mesorregiões. Isso porque, dentre os municípios com maior necessidade habitacional no Paraná, em 2019, Curitiba ocupou o primeiro lugar, com déficit de 88.876 domicílios, e Londrina, o segundo lugar, com déficit de 56.417 domicílios. Mas em termos de cadastrados segundo a renda, em Londrina havia 45.699 (famílias ou domicílios) com renda de até três salários mínimos e em Curitiba, o número era de 32.000 cadastrados que recebiam até três salários mínimos (PARANÁ, 2019).

Com base nos dados, pode-se afirmar que a concentração de recursos em determinadas mesorregiões paranaenses, bem como nos maiores núcleos urbanos e regiões metropolitanas, é um indicativo de que as políticas públicas habitacionais no Brasil, ao longo do tempo, têm sido desenvolvidas para atender interesses políticos e econômicos, visando legitimar o *status quo* político e econômico, ao invés de suprir a demanda por moradia junto às famílias de menor poder aquisitivo.

Deve ser reconhecido que o déficit em médias e grandes cidades no Brasil é historicamente elevado (MARICATO, 2019), todavia, as pequenas e médias cidades também possuem proporcionalmente importantes números neste quesito. Assim, cabe uma reflexão sobre as intencionalidades do poder público e da iniciativa privada de desenvolverem esses empreendimentos em médias e grandes cidades. Isso ocorre uma vez que a concentração populacional tende a caminhar em direção onde há a concentração de capital.

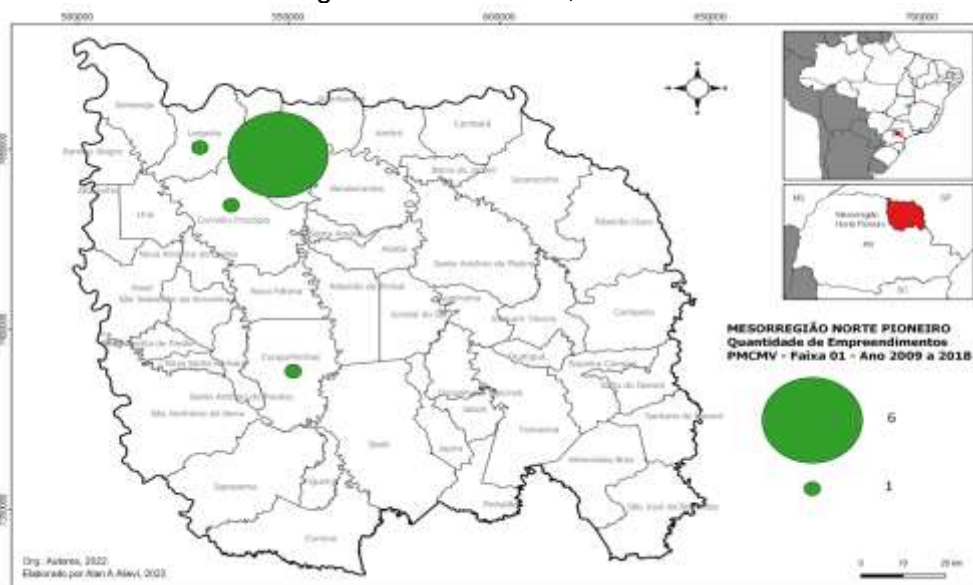
Sendo a força de trabalho a única mercadoria pertencente ao trabalhador e o meio pelo qual ele mantém sua vida, a sua migração para grandes e médias cidades se dá em função da concentração do capital, seja industrial ou comercial, entre outros, com o intuito de se inserir no mercado de trabalho, por conseguinte vender a sua força de trabalho (ENGELS, 2015).

Dessa maneira, a concentração destas ações em regiões metropolitanas, bem como em médias e grandes cidades, faz-se também pela necessidade imperativa de absorver o capital e o trabalho excedente que se concretizam em maior volume, nessas áreas, portanto, abordando novamente a questão das intencionalidades políticas e econômicas que atravessavam o PMCMV.

Na Mesorregião Norte Pioneiro (figura 4), destaca-se o caso do município de Cornélio Procópio, que desempenha na divisão territorial do trabalho o papel vinculado fortemente ao setor de serviços. Assim, Cornélio Procópio exerce relativa influência nos seus municípios vizinhos por concentrar essa atividade em maior escala e variedade. Porém, Cornélio encontra-se inserido dentro de uma dinâmica maior, sendo influenciado diretamente por municípios maiores e concentradores de quantidade superiores de atividades, seja de serviços e/ou industrial, como o caso de Londrina da Mesorregião Norte Central e Jacarezinho, também localizado na Mesorregião do Norte Pioneiro.

Embora Cornélio e Jacarezinho exerçam forte influência na oferta de mercadorias e serviços junto às demais cidades na Mesorregião Norte Pioneiro, a maior quantidade de empreendimentos faixa 1 financiados pelo PMCMV encontravam-se situados na cidade de Cornélio Procópio, A figura 4 apresenta uma distribuição dos empreendimentos na Mesorregião Norte Pioneiro, entre 2009 e 2018.

Figura 4 – A distribuição dos empreendimentos realizados no PMCMV via FDS E FAR na Mesorregião Norte Pioneiro, de 2009 a 2018



Fonte. Brasil, 2021.

Conforme os dados coletados junto à Caixa Econômica Federal e ao Ministério de Desenvolvimento Regional, Cornélio recebeu a implantação de um empreendimento de 110 imóveis; Congonhinhas, um empreendimento de 50 imóveis, bem como Leopólis. E apenas

na cidade de Santa Mariana foram construídos seis conjuntos habitacionais com 380 imóveis. Dessa forma, em 10 anos de política pública, foram realizados, na Faixa 1 do PMCMV e financiados pelo FAR e FDS, 450 imóveis em sete empreendimentos diferentes no Norte Pioneiro.

Em Cornélio, porém, chama a atenção um caso interessante a ser analisado, por conter elementos diferentes da lógica que permeia o processo de construção de moradia via o programa habitacional brasileiro. O seu único empreendimento construído no núcleo urbano foi realizado em 2014, pela Associação de Moradores Unidos Pioneiros - AMUP, ou seja, uma associação sem fins lucrativos que, por meio do PMCMV Entidades, realizou a construção de moradia para aqueles que necessitavam, trazendo outra lógica de relações sociais na produção do empreendimento, que é aquela que visa, sobretudo, o bem comum e não o lucro, sendo o oposto da racionalidade capitalista, na qual se assenta a política habitacional.

As grandes empresas construtoras, que se beneficiaram dos recursos do PMCMV, entregando serviços de qualidade duvidosa, tinham suas ações voltadas às médias e grandes cidades e para grandes empreendimentos. Assim, abriu-se um espaço para associações e movimentos sociais atuarem no programa promovendo habitação de baixo custo e de qualidade, mediante o PMCMV Entidades.

Esse formato do programa atuava em pequena escala, contudo, introduziu uma nova ideia acerca da construção de moradia social no país, ao se ancorar na visão de moradia para o bem coletivo, pautada na visão de autogestão, na qual a população participa do processo como um todo, desde a elaboração do projeto até sua execução, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, criando um laço de solidariedade entre os envolvidos que foge da lógica da habitação como mercadoria.

Para além de ser um sintoma evidente de uma vida com dignidade, em um ambiente adequado ao desenvolvimento humano, a moradia em condições dignas tem a possibilidade de trazer novamente a ribalta das relações sociais do habitar, oferecendo assim uma outra lógica de relações que pode se contrapor àquela do capital. Isso porque com a vida cotidiana sendo desenvolvida com dignidade, a população se apropria deste espaço construído, auferindo-lhe significado, valores e percepções, fundando bases do desenvolvimento de outras relações sociais frente a da acumulação que causa a alienação social. Dessa forma, a moradia possui um importante papel no processo de apropriação do espaço construído, pois, considerando a subjetividade, intencionalidade e a vida cotidiana dos sujeitos, ela pode ser o meio pelo qual a vivência rompa com a alienação do trabalho humano e promova o reconhecimento social, uma vez que é por meio da vida cotidiana que se desenvolve relações e significados (CARLOS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o agravamento da questão da habitação no país tem ocorrido pelo fato de que os programas e políticas públicas voltados para habitação, analisados neste estudo, têm em comum o papel de pôr em circulação, pela produção do espaço, via construção de habitação, o excedente de capital e de trabalho que poderiam causar grandes crises e, assim, gerar problemas aos regimes políticos e econômicos de cada período histórico analisado.

Importa destacar que as medidas desenvolvidas pelas políticas públicas, para além de meramente pôr o capital novamente em circulação, têm, também, um potencial transformador e revolucionário, já que podem promover relações sociais mais humanizadas e que não visem a acumulação. Uma forma pela qual esses fatores poderiam ser potencializados é o exemplo colocado em prática em Cornélio Procópio, via PMCMV Entidades, que ilustra o incentivo para que associações e movimentos sociais participem ativamente desde a elaboração até a construção das moradias.

Nesse contexto, advoga-se sobre a importância da promoção e regulamentação pública da autogestão na habitação, onde a própria comunidade gerencia o processo de solução para a habitação. A prática consiste na participação da comunidade organizada, dos movimentos populares, das associações e das cooperativas no processo, visando o envolvimento social na problemática do seu espaço vivido, seja em ações de produção habitacional, ou na urbanização de uma área.

Esse processo, realizado em etapas como a definição do terreno e do projeto, a escolha da equipe técnica ou das formas de construção, e mesmo o responsável pela execução da obra, dá à autogestão o controle dos recursos públicos e da obra, podendo ser essa uma medida eficaz, visando democratizar a habitação em outras bases para além daquela da lógica de mercado. Por meio do PMCMV Entidades, o exemplo aqui analisado traz esse potencial transformador e reforça a necessidade destas ações serem promovidas em maiores escalas pelo poder público.

A autogestão social deve ser, assim, entendida como modo de produção, ou seja, como um sistema de relações sociais coletivistas de produção das condições materiais de existência. O Programa Minha Casa Minha Vida promoveu, em pequena escala, ações deste tipo pelo PMCMV Entidades, como analisado, conseguindo relativo êxito, o que reforça a ideia de que poderia ser a autogestão o meio pelo qual a habitação de interesse social possa ser promovida como um direito humano fundamental, assegurando às pessoas que não tenham renda para acessá-la esse direito.

Tendo em vista essa discussão, chama a atenção o fato de a Mesorregião Norte Pioneira do Paraná ter recebido poucos volumes de investimento em moradia ao longo de 10 anos, enquanto regiões com importantes núcleos urbanos para a economia paranaense tanto receberam.

Isto reforça a alienação do espaço pelo capital, como já problematizado, mas devem ser reforçados os potenciais insurgentes do programa ao promover a vida cotidiana dos cidadãos em condições mais dignas, no caso de um empreendimento pautado na autogestão.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLO, Ideni Terezinha. Reestruturação produtiva do capital: política pública de “requalificação” do trabalhador. **Pegada**, v. 14, n. 2, p. 98 – 117, 2013.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha; VEIGA, Léia Aparecida. A política pública habitacional brasileira: cidades excludentes, negação do direito de cidadania In: HENRIQUES, Marco Ribeiro (org.). **Desafios e tendências do estado de direito na democracia no século XXI**. Coimbra: JUS XXI & DEE Internaciell PublishingLda, v.6, p. 37-52, 2021. Disponível em: https://just2021.pt/obra-tematica/?utm_campaign=just_-_newsletter_publicacoes_ptf&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso: 9 jun. 2022.
- AZEVEDO, Sergio de; ANDRADE, Luis A. Gama. **Habitação e poder: da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Dados do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 FAR e FDS Paraná. Destinatário: osmarfano980@gmail.com. Londrina, 05 de out. 2021. 1 mensagem eletrônica.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Análise Social, 2017.
- CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2019.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FAJARDO, Pedro Ivo Hübner. Lefebvre e o rio das representações. **História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2015.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo/SP: FUPAM, 2012. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2012/02/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf. Acesso: 22 ago. 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso: 20 abr. 2022.
- GANDIN, Edgard Rogério Santos. **Programa Minha Casa Minha Vida e o Índice de Déficit Habitacional no estado do Paraná - Período de 2010 a 2014**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Instituto de Ciências Econômicas, Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Conenua (PnadC)**. IBGE: Brasília, 2016.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LAHORGUE, Mario Leal. Cidade: obra e produto. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 45-60, jan./jun. 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e a cidade**. São Paulo: Atual, 2019
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NASCIMENTO NETO, Paulo; NICHELE, Janaina; JANOSKI, Isabele Ormeneze. Entre a política e o programa: um estudo longitudinal da provisão de habitação social no estado do Paraná. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana/SIMPURB, XVI, 2019, Vitória, Espírito Santo. **Anais [...]** Vitória/ES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2019, p. 3423 - 3437
- PARANÁ. COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR). Necessidades Habitacionais do Paraná - Pesquisa 2019 – Resumo. 2019. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-/pehis_2019_resultados_07_2020.pdf. Acesso em 15 jul. 2022.
- ROLNIK, Raquel. *Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o padrão*. Blog da **Raquel Rolnik**. São Paulo/SP, 07/04/2014. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/04/07/herancas-da-ditadura-nas-cidades/>. Acesso em 15 jul. 2022.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo. v.35, n 2,119-133, 2016.

Recebido: setembro de 2022.

Aceito: janeiro de 2021.